

ARTIGO REF: 6907

## **FAVELA - UMA ABORDAGEM SOBRE O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO**

**Laurentina Menezes Valentim<sup>(\*)</sup>**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ. R. Lúcio Taváres, 1045, Centro, Nilópolis-RJ, 26530-060; ONG Soluções Urbanas - CNPJ05.503.333/0001-57. Rua Maestro José Botelho, 64, sala 208, Vital Brazil CEP-24.230-410-Niterói, Brazil

<sup>(\*)</sup>*Email:* laurentina@poli.ufrj.br

### **RESUMO**

As favelas são uma porção indissociável das cidades. Segundo dados de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 6% da população brasileira está domiciliada em assentamentos irregulares ou assentamentos subnormais, tal como é referido pelo IBGE. Ainda segundo estudos censitários, 49,8% das favelas no país estão na Região Sudeste, e dentre as favelas do sudeste, 25% dos domicílios estão em encostas.

A ocupação das encostas pelas populações de menor poder econômico, é histórica resposta ao déficit social e imobiliário brasileiro. Expressiva parcela da população economicamente subalternizada, edifica em áreas instáveis sem ter clareza do perigo associado à inclinação dos taludes, espessura do solo, fluxo subterrâneo entre outros. Não têm acesso às avaliações de risco providenciadas pelo zoneamento municipal e não têm capacidade de investimento para realizar tais estudos. Prodígios de engenharia emprestam longevidade à imóveis que se equilibram em barrancos, mantêm-se em várzeas e desafiam a compreensão. Essa improvisação é também responsável pela poética que se associa às favelas tratando-as como espaços de resiliência, de costuras culturais, de resistência e de poder.

Habitar a favela é um risco pressentido. Entre tantos problemas potenciais, há a possibilidade de inundações, freáticos aflorantes, deslizamentos, escorregamentos, deformações nas edificações por rastejo do solo, tombamento ou rolamento de matacões, há a ausência de vegetação e o consequente desconforto térmico agravado pela dificuldade de deslocamento nos aclives e declives em que nem sempre é encontrado meio de transporte adequado, regular e confortável ou mesmo vias.

Assim, acreditamos que haja diferentes avaliações subliminares sobre a favela: para seu habitante primevo, a favela é o lugar de residir, de viver e de construir relações sociais. É solução para guardar proximidade do local de trabalho e para abolir custos de moradia. A favela é a casa. Um local de pertencimento onde os ocupantes realizam as práticas comunitárias de toda sociedade humana em qualquer recorte temporal. E isso é legítimo. Essa compreensão parece ser adotada também pelos meios acadêmicos. Certeau sublinha que a cidade está suscetível a movimentos que se equilibram e concordam ignorando o que preconiza o poder panóptico. Deste modo, a cidade não se subordinará ao controle e a programação utópica dos urbanistas.

Da Matta afirma, concordando com Milton Santos que “o espaço tanto quanto o tempo são invenções sociais”. E, Rolnik destaca em seus textos que o estado, em dado momento, se dispõe a incorporar a cidade irregular construída pelas camadas subalternas - (a autora aqui está se referindo à favela). Estes pensamentos encerram a defesa ao direito à cidade.

Segundo outras interpretações a favela é observada como área perigosa e de externalidade negativa. Sendo assim é parcela da cidade que exige ajustamentos, e no Rio de Janeiro, torna-se historicamente alvo de programas de urbanização levados pela administração pública municipal.

Nos exemplos mais recentes em que a proposta da prefeitura descartou a ideia de remoção, os Programas Favela-Bairro (1994), Bairro e Morar Carioca que foi estruturado para incorporar o aprendizado do primeiro e lhe dar sequência, contemplaram centenas de favelas na cidade do Rio de Janeiro. O Morar Carioca, traz a conclusão, com base nas experiências dos Programas anteriores, que as urbanizações devem ser realizadas com a participação máxima dos ocupantes dos assentamentos. Isso vai garantir a manutenção de uma forma urbana valiosa para a cidade, a ‘favela’.

Assim, mesmo que tais propostas não tenham eliminado as demandas por urbanização nos assentamentos atendidos, é possível observar melhorias de infraestrutura, engenharia, arquitetura e minimização de risco que se destacam. Os programas citados emprestaram nova visibilidade à favela e o trato com a vizinhança formal se modifica.

Em 2008 a esfera pública estadual criou as UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora), apresentadas como “um dos mais importantes programas de Segurança Pública”, a ideia é de estabelecer parcerias entre a população e as forças de segurança. São 37 unidades em favelas da capital.

A favela cresce se consolida e permanece. Mas não é a mesma. A favela na cidade do Rio de Janeiro assume um novo perfil de valorização -, parte emprestada pelo novo olhar das administrações, parte assumida pelo morador que já lhe atribuía importância; e em se tratando das favelas cariocas localizadas em encostas privilegiadas como as favelas da Zona Sul, ou em baixios no entorno do sistema lagunar da Barra da Tijuca o entorno valoriza a favela. Assim, há a hipótese da favela não sofrer remoção, mas passar por um processo de gentrificação que, acreditamos já estar em curso.

O intercâmbio cultural conduziu grupos para incursões à favela, bem como direcionou a favela aos espaços ilustres e formais da cidade. De maneira ainda incipiente, estrangeiros e jovens vêm migrando para assentamentos irregulares atraídos pelas belezas que se descortinam nas encostas da cidade e também pelas transações imobiliárias acessíveis e informais.

Acreditamos então que um fenômeno de expulsão pelo mercado está prestes a se consolidar e que, em parte, o investimento público realizado em favor do indivíduo que desenhou a favela enquanto espaço social corre o risco de vir a não ser desfrutado por ele.

## REFERÊNCIAS

[1]-Burgos, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. Em: Zaluar, Alba; Alvito, Marcos (Orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

[2]-Pasternak Taschner, S. Tendências Recentes na Política de Desfavelamento Brasileira, artigo apresentado no ISA, em Montreal, julho de 1998. p.